

NOVO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES, EXPECTATIVAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

PURL: <https://purl.org/27363/v3n1a14>

Nancy Pinto do Vale ^{a*}

^a *Universidad de la Integración de Las Américas – UNIDA, Ciudad Del Este, Paraguai.*

Resumo

O Brasil tem um Ensino Médio com um objetivo ambicioso: o maior número possível de alunos deve alcançar um bom desempenho nos estudos ou a competência profissional e a educação deve ajudar a equilibrar as diferenças sociais. Sabendo disso, este artigo tem como finalidade analisar as expectativas, desafios e oportunidades em função do começo da implementação do Novo Ensino Médio (NEM), contextualizando-os com a revisão de literatura a partir de publicações online publicadas entre 2017 e 2022. Os resultados indicam que há uma grande expectativa entre os atores educacionais (professores, alunos, gestores, administradores), ao mesmo tempo que gera uma certa desconfiança e ceticismo no que diz respeito a sua efetividade e eficácia. Conclui-se que ainda é cedo para se avaliar a efetividade, desafios a serem superados uma vez que o início efetivo da implementação, iniciou em fevereiro de 2022, porém velhos problemas ainda estão sem respostas, entre eles as desigualdades sociais, a formação de professores e a forma da efetivação dos itinerários formativos.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Lei nº 13.415/2017; Educação.

NEW HIGH SCHOOL – SOME REFLECTIONS ON EXPECTATIONS, CHALLENGES AND OPPORTUNITIES

Abstract

Brazil has a secondary education with an ambitious goal: as many students as possible must achieve good performance in studies or professional competence, and education must help balance social differences. Knowing this, this article aims to analyze the expectations, challenges and opportunities due to the beginning of the implementation of the New High School (NEM), contextualizing them with the literature review from online publications published between 2017 and 2022. The results indicate that there is great expectation among educational actors (teachers, students, managers, administrators), at the same time that it generates a certain distrust and skepticism with regard to its effectiveness and effectiveness. It is concluded that it is still early to evaluate the effectiveness, challenges to be overcome since the effective start of the implementation, started in February 2022, but old problems are still unanswered, among them social inequalities, teacher training and the way in which the training itineraries are put into effect.

Keywords: New High School; Law No. 13,415/2017; Education.

NUEVA ESCUELA SECUNDARIA – ALGUNAS REFLEXIONES SOBRE EXPECTATIVAS, DESAFÍOS Y OPORTUNIDADES

Resumen

Brasil tiene una educación secundaria con una meta ambiciosa: la mayor cantidad posible de estudiantes debe lograr un buen desempeño en los estudios o la competencia profesional, y la educación debe ayudar a equilibrar las diferencias sociales. Sabiendo esto, este artículo tiene como objetivo analizar las expectativas, desafíos y oportunidades debido al inicio de la implementación de la Nueva Escuela Secundaria (NEM), contextualizándolos con la revisión de la literatura a partir de publicaciones en línea publicadas entre 2017 y 2022. Los resultados indican que hay es de gran expectativa entre los actores educativos (docentes, estudiantes, directivos, administrativos), al mismo tiempo que genera cierta desconfianza y escepticismo en cuanto a su eficacia y efectividad. Se concluye que aún es temprano para evaluar

* Autor para correspondência: npvnancyvale@gmail.com

la efectividad, desafíos por superar desde el inicio efectivo de la implementación, iniciada en febrero de 2022, pero aún quedan sin respuesta viejos problemas, entre ellos las desigualdades sociales, la formación docente y la forma en que se se ponen en marcha itinerarios formativos.

Palabras clave: Nueva Escuela Secundaria; Ley N° 13.415/2017; Educación.

1. Introdução

Os processos de reforma da educação escolar no Brasil, assim como em todo o mundo, acarretaram mudanças significativas nas visões sobre a eficácia da educação escolar, notadamente no que se refere a etapa do Ensino Médio (EM). Mais do que nunca, os requisitos práticos começaram a ser impostos aos alunos e ao processo educacional, incluindo a educação escolar voltados ao desenvolvimento da capacidade dos escolares de resolver problemas social e pessoalmente significativos.

Esse tipo de requisito, recebeu sua formulação científica na categoria de resultados educacionais metas sujeitos, voltados ao mercado de trabalho e a continuidade dos estudos. Hoje, os resultados educacionais, podem ser avaliados como requisito para o nível de escolaridade de um período pré-graduação, são apresentados no conteúdo de uma nova geração de padrões educacionais federais, onde a definição do conteúdo dos resultados, das metas e dos sujeitos nas últimas décadas formou um ramo separado do conhecimento científico e metodológico (BACICH; MORAN, 2018).

As abordagens modernas de avaliação desses resultados educacionais são consideradas, via de regra, no contexto da abordagem baseada nas competências, cuja base, em sua forma mais generalizada, assume uma resposta à pergunta: o que exatamente um aluno do Ensino Médio pode demonstrar que tem e domina uma certa quantidade de conteúdo educacional? O problema de hoje, que passou de um campo científico para um prático, passa por obter uma resposta à pergunta: quais resultados de metas sujeitos são convenientes para avaliar a eficácia do Ensino Médio brasileiro?

Assim sendo, o presente artigo tem como objetivo analisar as expectativas, desafios e oportunidades em função do começo da implementação do Novo Ensino Médio (NEM). Nesse viés, justifica-se por trazer uma discussão atualizada acerca da proposta de mudanças estruturais e de concepções que estão em curso e que tendem a trazer novos desafios e de certa forma agravar outros.

Sua relevância para a comunidade acadêmica se dá na medida em que se expõem as percepções sobre o tema em questão. Para a sociedade em geral pretende-se contribuir na desmitificação de alguns pontos que geram dúvidas e expectativas. De forma específica, será abordado sobre o processo evolutivo do Ensino Médio no Brasil, caracterizando o cenário que envolve sua implementação.

Em termos metodológicos, a pesquisa possui características bibliográficas, aliada as inferências dedutivas da dissertação de Mestrado intitulada “Revelando o ensino médio à luz da Lei n°. 13.415/2017 em doze escolas-piloto de Manaus da Secretaria de Educação e Desporto do Amazonas/Brasil, no período de 2020-2021”.

Utiliza-se o método dedutivo para as questões norteadoras deste estudo, e adota-se a abordagem qualitativa. Para destacar as situações observadas neste cenário, utiliza-se o método exploratório em bases de dados online nas plataformas Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico, notadamente em estudos publicados em língua portuguesa.

Em termos práticos utilizou-se os seguintes descritores como forma de otimizar a pesquisa: Lei nº 13.415/2017, “Novo Ensino Médio , desafios e oportunidades do Novo Ensino Médio , pós e contras o Novo Ensino Médio e por que mudar o Ensino Médio. Inicialmente identificou-se 161 estudos com potencial de uso.

Em um segundo momento, procedeu-se a leitura dos resumos e conclusões, excluindo estudos que não apresentavam indexação, metodologia clara e que não se relacionavam ao foco desse estudo, sendo assim, ficaram 49 estudos, dentre os quais se utilizou 14 para a revisão literária sistemática deste artigo.

2. Revisão da Literatura

O Brasil passa por várias inovações institucionais, uma das mais importantes sendo a reforma do Ensino Médio, que propõe a rever o papel da escola, ampliar os horizontes e expandir as possibilidades nessa transição. No país que historicamente tem ainda um déficit educacional profundo e que tem o desafio de encantar os jovens com a escola e facilitar essa transição que também tem ainda desafios para serem superados (CONRADO; NUNES; NETO, 2018).

É nessa perspectiva que a Reforma do Ensino Médio, proposta pela Lei 13.415/2017 e que está sendo implantada a partir de 2022, vem nos fazer refletir sobre como essa pode ser significativa no atual cenário educacional brasileiro. “Tendo em vista os desafios apresentados e a instituição da Lei nº. 13.415/2017 chamada lei do -Novo Ensino Médio-” que proporciona nova perspectiva organizacional curricular, conciliando com os entendimentos da sociedade atual, envolvidas em meios a reflexões sociais e avanços tecnológicos e com as aspirações dos jovens estudantes. “A renovação curricular, a formação integral, o atendimento das necessidades individuais e sociais dos estudantes, são algumas das propostas para o novo Ensino Médio”, ora em curso no território brasileiro (DO VALE, 2021, p. 16).

Muito tem se discutido sobre o dilema que envolve o processo de ensino e aprendizagem nessa etapa de ensino que oscila entre o tecnicismo e o humanismo. A grande pergunta feita por muitos profissionais que atuam na área educacional é: por que um novo Ensino Médio? Na verdade, essa é uma velha discussão que começa no início do século XXI com pesquisas que mostravam um grande desinteresse dos alunos pelo Ensino Médio. Os alunos não viam sentido nos conteúdos apresentados, ensino esse, extremamente conteudista e muito preso a temáticas ligadas ao acesso ao Ensino Superior.

Depois de 2010, as discussões foram sendo reforçadas com uma série de debates organizados pelo Congresso Nacional e pelo Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED) formada por representantes de escolas públicas e entidades do setor privado, que procuraram discutir o que fazer com o Ensino Médio. Havia de um lado uma tendência muito presente nos países europeus que normalmente oferecem um ensino básico até os 15 anos de idade, e a partir dessa faixa etária, o Ensino Médio é bastante diversificado e flexível.

É assim na Alemanha, Reino Unido, França, Finlândia, Coreia do Sul, Singapura, Portugal e também é assim no Canadá. Especificamente no Canadá, tem até os 15 anos de idade uma formação comum e depois no Ensino Médio tem cinco disciplinas obrigatórias e as demais disciplinas elas são oferecidas de acordo com a vocação dos alunos, interesses, matérias eletivas, projetos de vida (SECURATO, 2019).

O conceito de Projeto de Vida passou a permear toda a proposta de Ensino Médio no Brasil. A ideia de Projeto de Vida vem como forma do professor, da escola e do sistema começar a discutir com os alunos e incentivar o seu protagonismo para que eles tenham a oportunidade de descobrir os seus talentos e ao mesmo tempo, eles possam a partir daí começar a ter acesso à novas informações e oportunidades que vão abrir caminhos para o seu novo futuro pós-Ensino Médio

Foi com esse espírito que o debate do novo Ensino Médio foi se fortalecendo, envolveu todas as secretarias estaduais de Educação, tanto por escolas públicas quanto por escolas particulares. Nesse contexto:

A agenda de mudanças no Ensino Médio já estava posta há bastante tempo, promovida não apenas pelas diretrizes federais, mas pela própria trajetória da educação que empreenderam. Trata-se de estados que, por exemplo, tinham inovado na criação de EMTI há mais de uma década, aprovado modelos de reorganização curricular, de oferta de educação profissional em turno único, dentre outros (LOTTA *et al.*, 2021, p. 407).

Em 2017, a Reforma do Ensino Médio acabou consolidando a ideia de um ensino mais flexível, com uma parte comum e outra mais diversificada, baseada nos itinerários formativos que podem e precisam ser desenvolvidos pelas escolas. Nesse viés, cada escola deve oferecer no mínimo dois itinerários, além da possibilidade de um itinerário técnico-profissional. Essa ideia está se consolidando agora, pois a reforma foi aprovada em 2017, logo, novas alterações na Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação Nacional (LDBEN) foram aprovadas em 2018.

Em 2022, está sendo o primeiro ano de implementação do Novo Ensino Médio (NEM), com um ano de atraso devido à pandemia. Esse processo, conforme o cronograma de implantação começa pela 1ª série do EM, enquanto que os alunos do 2ª e 3ª série, continuam no antigo formato de ensino (WELLER; SILVA, 2021).

Ao lado disso, ocorreu a aprovação das novas Diretrizes Curriculares do Ensino Técnico Profissional, e também o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O novo sistema de financiamento da Educação Básica no Brasil, abre a possibilidade de financiamento do Ensino Técnico-Profissional em parceria com o Ensino Médio. Enfim, são vários movimentos que coroam a inauguração do Novo Ensino Médio, a partir de 2022 (DO VALE, 2021).

Quais são os principais desafios? Em primeiro lugar, a ideia de que nós estamos caminhando para um novo mundo do trabalho. Esse mundo do trabalho, exige cada vez mais perfis profissionais diferenciados e profissões que estão passando por profundas mudanças. Essa perspectiva foi destacada no último Fórum Econômico Mundial (FEM) realizado de forma remota, em função da pandemia da COVID-19, em Davos (Suíça) no ano de 2019 e certamente será motivo de debates, no próximo FEM previsto para ser realizado de 22 a 26 de maio de 2022, onde se dá uma ênfase aos novos perfis profissionais exigidos pelo mundo que vivemos.

Os perfis profissionais devem tratar daquelas competências e habilidades que estão presentes na nova proposta do Ensino Médio, por exemplo, a ênfase no pensamento analítico, na capacidade de resolver problemas de forma colaborativa, a ênfase na criatividade, do raciocínio lógico e em todas as habilidades socioemocionais, como é o caso da empatia, da resiliência.

Por sua vez Lotta *et al.* (2021), entendem que a expectativa é que o NEM, dê ênfase aos alunos em terem uma abertura para o novo, para a inovação, e principalmente, a ênfase nas novas tecnologias, no pensamento computacional, e o uso dessas novas tecnologias para que passem a permear todas as áreas de conhecimento que vão integrar tanto a base de formação geral do novo Ensino Médio que tem suas diretrizes estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Assim, quanto aos novos itinerários formativos, estão descritos e caracterizados nas dez competências gerais da Base Nacional Comum Curricular e também nas primícias do Novo Ensino Médio. Estamos falando de jovens que são nativos digitais, ou seja, todos aqueles que nasceram a partir do ano 2000. Muitos professores, que estão nas nossas escolas

são nativos digitais, são professores mais jovens, recém-formados (REIS, 2021).

Mas, para Rodrigo (2021) a maioria dos nossos professores, não são tão nativos digitais quanto os nossos estudantes. Então, o conceito de trabalhar as tecnologias, ter uma cultura digital presente em todo o currículo do Ensino Médio é absolutamente necessário, para que consigamos desenvolver essas competências e essas habilidades.

Nesse viés, busca-se saber quais são os elementos chave para essas dez competências gerais? Aqui destacam-se os seguintes: (i) O conhecimento é a base do desenvolvimento de todas as competências e habilidades; (ii) O pensamento crítico, o pensamento científico e o pensamento criativo; (iii) O repertório cultural; (iv) A comunicação; (v) A cultura digital; (vi) (vii) O Projeto de Vida e de trabalho, que é algo que as escolas deverão trabalhar desde o primeiro ano do Ensino Médio; (viii) A capacidade de argumentação e de diálogo, pluralismo de ideias que devem estar presentes em todas as áreas; (ix) Autoconhecimento e autocuidado de cada um, e a sua auto responsabilização, para que o jovem se torne cada vez mais autônomo e responsável pela sua vida e pelo seu desenvolvimento pessoal e profissional; (x) A empatia, colaboração e responsabilidade cívica.

Essas são as dez grandes competências gerais da base e que também são indicadas pelo Fórum Econômico Mundial, como aquelas habilidades que hoje são chamadas de *Soft Skills*, que são mais importantes até do que as *Hard Skills*, que em termos práticos são aquelas competências que os alunos adquirem no aprendizado dos conteúdos específicos de Matemática, Física, Química, Biologia, e assim por diante.

A grande diferença do Novo Ensino Médio é a possibilidade da construção de Itinerários Formativos, esses itinerários devem se abrir para a mudança. Na medida em que estamos falando de itinerários formativos, estamos falando de itinerários que poderão integrar com as áreas do conhecimento, que poderão dar ênfase numa unidade temática, onde os alunos poderão segui-los por meio de disciplinas eletivas, ou por meio do ensino de projetos, trabalhando unidades temáticas e integradoras.

Essas unidades temáticas e integradoras vão ajudar os alunos a desenvolver o seu raciocínio lógico e a sua criatividade para que eles consigam fazer a conexão entre todos os conhecimentos. Nessa perspectiva, Lopes e Moreira (2021) destacam que o Novo Ensino Médio foi idealizado em meio a pressão de empresários e da classe política visando torná-lo mais alinhado as ideias neoliberais e os ditames do mercado de trabalho, como fruto de um processo de reforma trabalhista, instabilidades políticas decorrentes do impeachment da Presidente Dilma Rousseff e está se consolidando nesse início de 2022 já no governo de Jair Bolsonaro.

Nessa proposta do Novo Ensino Médio, um desafio está associado a seu objetivo de dar sentido e efetividade à vida desses jovens e jovens adultos. Afinal de contas, com dados do Censo de Educação Básica do INEP, em 2020 tínhamos 8,8 milhões de pessoas que estavam matriculadas no Ensino Médio. Então, o desafio é extremamente grande, portanto, uma tarefa, é fazer sentido e dar efetividade ao processo educacional e de aprendizagem, e antes de mais nada, é reconhecer que esses jovens tem realidades, condições econômicas, interesses, perspectivas muito diferenciadas.

Ao longo do processo do antigo Ensino Médio, que ainda está em vigor no 2º e 3º anos, é extremamente questionado em função das perdas na aprendizagem que acabam resultando em apenas 31% dos jovens concluintes do Ensino Médio com conhecimentos adequados na área de linguagens e de interpretação e leitura de texto, e apenas 5% aprenderam o adequado relacionado à competência de resolução de problemas. Em uma crítica ao antigo Ensino Médio, para os críticos esse é caracterizado:

Com baixas taxas de conclusão e aprendizagem, o Ensino Médio é um desafio para os gestores públicos e o modelo tem, ao longo dos anos, dado sinais de esgotamento e incompatibilidade com o que os jovens estudantes querem ou esperam (Schiavoni & Martinelli, 2005). Nesse sentido, compreender os objetivos desta etapa sob a perspectiva dos alunos é essencial. A situação do Ensino Médio fica mais complicada quando é analisada em matérias específicas como é o caso das disciplinas de português e matemática (ROCHA E SILVA *et al.*, 2021, p. 2, grifo nosso).

Percebe-se, que outro desafio está relacionado à própria garantia desse mínimo de aprendizagem, e que é importante a escola desempenhar esses indicadores de aprendizagem em dois elementos centrais, uma vez que o aluno, não consegue avançar aprendendo se não consegue ler, entender e interpretar, assimilar o conhecimento, isso necessita de ajuda também para trazer mais um elemento, os desafios interligados aos fatores relacionados ao mercado de trabalho e a realidade das escolas de Ensino Médio.

A reforma foi o resultado de alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que foi promulgada em 1996, o texto da lei de 96 também anunciava uma Reforma de Ensino Médio, mas que hoje ela é retomada e requisitada com alguns aspectos diferenciados. E de lá para cá, entre o texto da lei de 1996 e o texto atual temos dois elementos também importantes que é preciso olhar nas orientações sobre as diretrizes associadas ao cumprimento da Educação Nacional.

Um deles definido em 2008, é a lei nº 11.741/2008 que especifica a alteração da LDB para Educação Profissional e Tecnológica, aonde ocorreu uma revisão do Marco Legal, estabelecendo as formas de ofertas em que a educação profissional técnica de nível médio acontece ou que pode acontecer ao mesmo tempo é dada também uma robustez no capítulo específico da educação profissional e tecnológica, antes muito circunscrita a uma orientação de sua forma que pode acontecer de forma articulada independente da formação geral.

Nos parece que nesse momento estamos numa encruzilhada, aonde a educação profissional e tecnológica como um todo recebe um reconhecimento de sua trajetória e de seu papel na Educação Nacional enquanto uma modalidade de ensino. Em 2007 a alteração, a própria reforma que resulta de uma Medida Provisória promulgada em 2016 pelo Governo Federal, e essa reforma ela traz como o período de transição cinco anos que nos leva ao fato de que esse ano, 2022, todos os alunos que se matricularem no Ensino Médio já devem atender a esses requisitos básicos estabelecidos dessa reforma, e ela de uma forma mais central ela tem um foco na questão do currículo.

Vamos destacar que essa composição que é trazida com bastante visibilidade no novo texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, traz ali um componente de uma forma muito clara sobre um conjunto de competências associados a uma Base Nacional Curricular Comum, ou seja, que todos os alunos precisam ter essas aprendizagens desenvolvidas, e por outro lado, um conjunto de componentes eletivos. Apesar de obrigatórios no cumprimento da formação, são eletivos na perspectiva das instituições e dos estudantes que os alunos podem escolher estruturados em cinco itinerários, tendo um itinerário para cada uma das áreas de conhecimento que organizam o Ensino Médio, ou seja, Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e o itinerário do Ensino Técnico-Profissional. Nessa composição, a tentativa além dessa flexibilidade aproxima o Brasil de propostas e composições curriculares de modelos já feito em outros países inclusive da América Latina (LEÃO, 2018).

A reforma também traz com muita ênfase a estruturação das competências, como também a intencionalidade de romper com o problema que a escola de Ensino Médio possui, que é uma formação muito estruturada no desenvolvimento

das aprendizagens cognitivas e disciplinares. Então é uma orientação para que de fato os conhecimentos sejam desenvolvidos na perspectiva de um contexto que ele tenha também significação da sua realidade prática (FERNANDO; BUSSOLOTTI; DE SOUZA, 2018).

E nesse processo a Educação Profissional Técnica também ganha maior visibilidade, porque nessa perspectiva de desenvolvimento e de conhecimentos práticos, a estratégia de oferecer especialmente para os alunos que estão na idade ideal desenvolvendo o Ensino Médio com jovens de 15 a 18 anos, propõe um elemento que é o resultado dessa formação com os resultados melhores de indicadores de aprendizagem.

Essa perspectiva da estruturação do Projeto de Vida, portanto, é uma perspectiva que vem na legislação associada à própria dinâmica do mercado, da economia e do movimento dentro da BNCC. Um fato a ser pensado é a complexidade de se administrar o processo educacional em um país com dimensões continentais, onde:

No caso brasileiro, outra particularidade importante diz respeito a tamanho, heterogeneidade e desigualdade do país. Como aponta a literatura, essas características geram um ambiente de produção de políticas públicas em que se faz necessário um equilíbrio entre o grau de ambiguidade e o grau de coordenação. Por um lado, a alta descentralização – resultado da ambiguidade e baixa coordenação – pode gerar aumento de desigualdades. Por outro, a ambiguidade permite produzir experiências inovadoras, importantes para gerar efetividade em nível local (LOTTA *et al.*, 2021, p. 400).

Portanto, esse é um aspecto condutor, e deve alinhar-se ao currículo do Ensino Médio de uma forma geral. Sendo assim, independentemente da trajetória que o aluno escolha para os seus itinerários de formação eles também mantêm diálogo no texto da reforma com características que estão muito claras. Porém não só isso, uma vez que:

Existem muitos desafios postos para a educação pública no Brasil, tais como a escassez de recursos, os problemas de infraestrutura, o baixo investimento na qualificação e a baixa remuneração de professores. Tal situação requer que algo seja feito, de modo que uma reforma é necessária. Contudo, devemos questionar os moldes que esta vem sendo feita. Devemos ter em mente quais são as reais necessidades demandadas pela educação pública. E, isso só é possível através do diálogo democrático entre governantes e a sociedade (PESTANA; LIMA, 2019, p. 153-154).

No novo texto da reforma do Ensino Médio, tem como característica a oportunidade de se explorar a autonomia os jovens, levando a fazer as suas escolhas e, portanto, leva o currículo que sejam flexíveis e que possam aí também apresentar uma diversidade de opções para os alunos. Características essas que são extremamente interessantes na busca de fazer a escola conversar com a sociedade e com os aspectos socioeconômico e culturais. Não se pode tolher esses alunos desses sonhos, concorda-se que,

Antes que façamos maiores ponderações, podemos inferir que há uma coincidência entre os sonhos e anseios dos estudantes e as propostas de contrarreforma no Ensino Médio. A saber, parece que nossos estudantes estão convencidos de que o ensino técnico e/ou profissionalizante é o caminho mais fácil para a realização de seus sonhos (LOPES; MOREIRA, 2021, p. 96).

Um ponto comum que podemos observar em vários estudos, é sobre a decepção dos jovens e o baixo interesse dos jovens em relação ao Ensino Médio. Historicamente, há uma intencionalidade, em contraponto à uma expectativa dos

jovens que colocam o mesmo peso entre a percepção que o Ensino Médio serve para preparar o aluno para uma série de atividades escolares, onde, para a maioria dos jovens, devido a sua condição socioeconômica, entende que o Ensino Médio precisa prepará-lo para continuar os estudos e ao mesmo tempo moldá-lo e incluir elementos para uma educação profissional como forma de ampliar suas oportunidades.

De forma concreta, há também elementos indicadores de pesquisa que demonstram que essa intencionalidade dos jovens nessa transição do Ensino Médio, e antes de mais nada se faz significativo esse apoio para seu preparo para a fase adulta (CONRADO; NUNES-NETO, 2018).

A reforma busca mudar essa realidade, porém muito se questiona quando se fala da escola e sua estrutura tecnológica e de ensino, migrando o aluno para uma escola onde o idealismo, e o que é realizado andam em consonância (FERNANDES, 2018).

Em meados da década de 70, teve uma reforma do Ensino Médio, reforma essa pautada por uma educação secundária unificada, estabelecendo onde as antigas escolas vocacionais, escolas comerciais e escolas secundárias estavam reunidas sob o mesmo teto (REIS, 2021).

Sobre esse período, pode-se dizer que a LDBEN de 1971, altera o ensino primário e o médio, para ensino de 1º e 2º grau, uma política educacional voltada para educação, para o trabalho e estabelece a obrigatoriedade da escolaridade do ensino dos 7 aos 14 anos de idade. O ensino de 1º grau com duração de oito anos, enquanto que o ensino de 2º grau (Ensino Médio) com duração de três anos como ensino profissionalizante, ou seja, o estudante conclua o Ensino Médio com habilitação de técnico ou auxiliar técnico qualificado para o mercado de trabalho (DO VALE, 2021).

O principal argumento do Governo Militar da época, em favor da reforma, era que todos os jovens deveriam ter oportunidades iguais para o ensino médio dentro da comunidade escolar unitária, e o ensino médio deveria contribuir para o progresso e defesa da Nação. Essa visão foi amplamente aceita, devido a não oportunidade do contraditório.

No final da década de 80, com o fim da Ditadura Militar e novo ares democráticos, o consenso que a necessidade de mudanças era necessária, valorizando mais os aspectos sociais, democráticos e a universalização do ensino, uma vez que havia poucas vagas disponíveis nas diversas etapas da Educação. Assim:

Convém observar que a própria abertura e ampliação da escola pública para as massas estão relacionadas com os interesses das elites dominantes. No cenário atual, as disputas que envolvem o campo educacional têm se intensificado no contexto das políticas neoliberais, que ganharam força no Brasil no final dos anos de 1980 e início da década de 1990 (BRANCO; ZANATTA, 2021, p. 59).

A reforma foi de competência no sentido de que o objetivo principal era que mais pessoas concluíssem a Educação Básica (o Ensino Fundamental e Médio) para uma competência formal, em que, nova forma de competência foram introduzidas no ensino médio, entre eles o uso de se discutir assuntos relacionados a gênero, raça e cultura. Nesse viés, parece que é preciso olhar a perspectiva do currículo que vem com mudanças lentas. O importante que a reforma trouxe essa nova Lei, possibilitando mobilização nacional das redes de ensino voltadas para revisão dos seus currículos hoje todas as unidades federadas já enviaram suas propostas para aprovação no Ministério da Educação e aos poucos estão sendo aprovados e/ou ajustados pelas Secretarias de Educação dos estados.

Mas, ainda falta bastante para chegar a realidade da escola e ajustá-la com o desenvolvimento de aprendizagens que também refletem na lógica do currículo. Então, o currículo enquanto definidor de metodologia e de ferramentas

pedagógicas abre espaços de aprendizagem. Assim, é preciso repensar os espaços de aprendizagem, refletindo de que modo os professores qualificados podem propiciar essa formação desejada para os jovens, isso não é focar no profissional em detrimento a outras formações é a própria busca do conhecimento.

3. Considerações Finais

Com exceção das áreas metropolitanas, o Brasil é um país relativamente povoado, aliado a isso, há uma grande variedade de aspectos socioeconômicos, tecnológicos e até culturais que influenciaram e continua a influenciar no processo educacional no Ensino Médio. Por sua vez, o mercado de trabalho é muito complexo e encontra-se em constante evolução. As Escolas de Ensino Médio, por meio da reforma realizada, trazem uma misto correlacional entre a busca de conhecimento e os aspectos profissionais, em que, devem orientar nesse sentido a ações de professores a partir desse ano de 2022.

Conclui-se que as diretivas do Novo Ensino Médio vêm como forma de alinhar as práticas de educação e ensino profissionalizante, a partir de um projeto de vida necessariamente ligadas a um itinerário específico e o sistema educacional. Mesmo em meio a alguns desafios, percebe-se grandes perspectivas e oportunidades de aprendizagem. No entanto, não se pode inferir sobre sua efetividade, uma vez que, nesses quatro anos passados desde a aprovação da Lei nº 13.415/2017, a única inovação observada, foi no sentido de promover debates, discussões e um processo de preparação e implementação escalonada como forma de tornar eficaz esse momento de transição.

Porém, têm-se um olhar para as mazelas sociais, econômicas e culturais, aliadas a formação do professor, pontos que devem ser equacionados para tornar o Novo Ensino Médio mais focado nas necessidades do aluno, da sociedade e do estado. Ademais, longe de se esgotar esse tema, e tendo em vista que no ato da produção deste artigo, ocorrem os primeiros dias de aula de alunos da 1ª série no novo formato do NEM, espera-se que ao fim desse ano letivo, ocorram novos estudos, visando identificar os pontos de acertos e as necessidades de ajustes a partir da promoção de discussões e debates sobre as experiências vivenciadas.

Referências

- BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso Editora, 2018.
- BRANCO, E. P.; ZANATTA, S. C. BNCC e Reforma do Ensino Médio: implicações no ensino de Ciências e na formação do professor. **Revista Insignare Scientia**, [S.l.], v. 01, n. 01, p. 12-22, 2021. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Emerson-Branco/publication/350702959_BNCC_e_Reforma_do_Ensino_Medio_implicacoes_no_ensino_de_Ciencias_e_na_formacao_do_professor/links/6080ae16881fa114b41b6d8d/BNCC-e-Reforma-do-Ensino-Medio-implicacoes-no-ensino-de-Ciencias-e-na-formacao-do-professor.pdf. Acesso em 06/02/2022.
- CONRADO, D. M.; NUNES-NETO, N. **Questões sociocientíficas**: fundamentos, propostas de ensino e perspectivas para ações sociopolíticas. Salvador: EDUFBA, 2018.
- DO VALE, N. P. **Revelando o Ensino Médio à Luz da Lei Nº. 13.415/2017 em doze escolas-piloto de Manaus da Secretaria de Educação e Desporto do Amazonas/Brasil**, no período de 2020-2021. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Universidad de la Integración de las Américas, 2021.
- FERNANDES, C. A. A Base Nacional Comum Curricular - "O mundo mudou. A vida mudou e a escola precisa mudar". **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, [S.l.], v. 14, n. 19, p. 180-189, 2018. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/17866>. Acesso em 07/02/2022.
- FERNANDO, R. J.; BUSSOLOTTI, J. M.; DE SOUZA, M. A. Percepção de professores e alunos do Ensino Médio integrado ao ensino técnico sobre problem based learning. **Interação-Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 100-115, 2018. Disponível em <http://periodicos.unis.edu.br/index.php/interacao/article/view/158>. Acesso em 01/02/2022.
- LEÃO, G. O que os jovens podem esperar da reforma do Ensino Médio brasileiro?. **Educação em revista**, [S.l.], v. 34, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edur/a/5ZBJkFDW3d6pL9KVFcFCQHx/abstract/?lang=pt>. Acesso em 06/02/2022.

LOTTA, G. S. *et al.* Efeito de mudanças no contexto de implementação de uma política multinível: análise do caso da Reforma do Ensino Médio no Brasil. **Revista de Administração Pública**, [S.l], v. 55, p. 395-413, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rap/a/kg3BXvSKdznWmVQcFBQqNGg/abstract/?lang=pt>. Acesso em 04/02/2022.

LOPES, V. F. M.; MOREIRA, E. E. **A Reforma do Ensino Médio: mudar para deixar como está.** 2021. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/58718>. Acesso em 10/02/2022.

PESTANA, G. de J.; LIMA, Â. M. de S. A BNCC do ensino médio no contexto da lei nº 13.415/2017: desafios e perspectivas para as juventudes das escolas públicas. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, [S.l], v. 40, n. 2, 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/sem/v40n2/a02.pdf>. Acesso em 09/02/2022.

REIS, R. "**Relação com o Saber**" de Jovens no Ensino Médio Modos de Aprender que se Encontram e se Confrontam. Curitiba: Editora Appris, 2021.

ROCHA E SILVA, D. E. *et al.* O novo Ensino Médio no contexto brasileiro: Perspectivas e Reflexões do desempenho escolar nas disciplinas de Português e Matemática. **Research, Society and Development**, [S.l], v. 10, n. 6, 2021. Disponível em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15614>. Acesso em 03/02/2022.

RODRIGO, L. M. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o Ensino Médio.** Campinas: Autores Associados, 2021.

SECURATO, J. C. **Onlearning: como a educação disruptiva reinventa a aprendizagem.** São Paulo: Saint Paul, 2019.

WELLER, W.; SILVA, C. V. C. Ensino Médio público no passado e no presente: visões de docentes de distintas gerações do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [S.l], v. 102, p. 63-81, 2021. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbeped/a/ycC_F6mNPR5chFfPYRRd5dYH/. Acesso em 04/02/2022.